

Entre arquivos e centros de memória: o caso do Memória FDC – Fundação Dom Cabral

Felie Lopes Gonçalves Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-1406-7033>
 felipelgoncalves@gmail.com

José Francisco Guelfi Campos Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9071-6082>
 jfguelficampos@gmail.com

Resumo O Memória FDC, centro de memória da Fundação Dom Cabral (FDC), foi criado em 2012. Com mais de uma década de atuação, atualmente desempenha funções arquivísticas, mas ainda carece de reconhecimento institucional a respeito da importância das suas atividades. A partir do exame das funções que desempenha e das características do acervo que custodia, cabe questionar o perfil institucional do Memória FDC: trata-se realmente de centro de memória ou constituiria, na prática, o arquivo da FDC? Seria ele também um museu ou um centro de documentação? Tais inquietações motivaram esta pesquisa, que propõe explorar e definir o perfil institucional do Memória FDC, bem como e discutir o papel dos arquivistas nos centros de memória. Para tanto, este artigo revisita os conceitos de arquivo, biblioteca, centro de documentação, centro de memória e museu. Também propõe uma classificação dos diferentes perfis de centros de memória, com base na literatura existente. A pesquisa contempla uma reconstituição da história da FDC e de seu centro de memória, definindo o perfil institucional do Memória FDC como um centro de memória de empresas.

Palavras-chave Centro de memória. Centro de memória empresarial. Arquivo. Gestão de documentos.

Between archives and memory centers: the case of Memória FDC – Fundação Dom Cabral

Abstract Memória FDC, the memory center of the Dom Cabral Foundation (FDC), was established in 2012. With over a decade of operation, it currently serves archival functions but still lacks institutional recognition regarding the significance of its activities. Through an examination of its roles and the characteristics of the collection it safeguards, a question arises about the institutional profile of Memória FDC: Is it truly a memory center, or does it practically function as the archive of FDC? Could it also be considered a museum or a documentation center? These concerns drive this research, which aims to explore and define the institutional profile of Memória FDC, as well as discuss the role of archivists in memory centers. To achieve this, the article revisits the concepts of archive, library, documentation center, memory center, and museum. It also proposes a classification of different memory center profiles based on existing literature. The research delves into the history of FDC and its memory center, defining the institutional profile of Memória FDC as a corporate memory center.

Keywords Memory center. Corporate memory center. Archive. Records management.

Entre archivos y centros de memoria: el caso de Memória FDC – Fundação Dom Cabral

Resumen Memória FDC, el centro de memoria de la Fundación Dom Cabral (FDC), se estableció en 2012. Con más de una década de operación, actualmente desempeña funciones arquivísticas pero aún carece de reconocimiento institucional en cuanto a la importancia de sus actividades. A través de un examen de sus roles y las características de su colección, surge una pregunta sobre el perfil institucional del Memória FDC: ¿Es realmente un centro de memoria, o funciona prácticamente como el archivo de la

| | |
|---|--|
| | <p>FDC? ¿Podría también considerarse un museo o un centro de documentación? Estas inquietudes impulsan esta investigación, que tiene como objetivo explorar y definir el perfil institucional del Memória FDC, así como discutir el papel de los archiveros en los centros de memoria. Com este propósito, el artículo revisita los conceptos de archivo, biblioteca, centro de documentación, centro de memoria y museo. También propone una clasificación de diferentes perfiles de centros de memoria basada en la literatura existente. La investigación se adentra en la historia de la FDC y su centro de memoria, definiendo el perfil institucional del Memória FDC como un centro de memoria empresarial.</p> |
| Palabras clave | Centro de memoria. Centro de memoria empresarial. Archivo. Gestión de documentos. |
|  | Licença de Atribuição BY do Creative Commons https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/ |
| | Submetido em 29/02/2024 Aprovado em 17/12/2024 Publicado em 01/01/2025 |

1 INTRODUÇÃO

A Fundação Dom Cabral (FDC) é 5ª melhor escola de educação executiva em Programas Abertos e a 10ª em Programas Customizados¹. No Memória FDC, seu centro de memória criado em 2012, existe um acervo composto pelo Fundo Fundação Dom Cabral e por duas coleções, a Coleção Emerson de Almeida e a Coleção Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo, fundadores da organização.

Com mais de uma década de funcionamento e desempenhando funções de arquivo, o Memória FDC ainda opera de forma dessintonizada em relação aos princípios e práticas da Arquivologia. O recolhimento de documentos se dá de maneira assistemática e a maioria dos setores da FDC desconhece os procedimentos de gestão documental e de destinação de documentos para o centro de memória. Atualmente, o quadro de colaboradores da FDC não conta com um profissional arquivista, o centro de memória não dispõe dos instrumentos de gestão de documentos e sua política de acervo está em fase de desenvolvimento.

As reflexões compartilhadas neste artigo têm dupla origem: ao realizar um estágio extracurricular na instituição, um dos autores percebeu que o Memória FDC desempenha funções arquivísticas e que não gozava de visibilidade institucional no âmbito da Fundação Dom Cabral. Estas percepções se desdobraram, num segundo momento, em pesquisa de iniciação científica que, por sua vez, resultou em monografia de conclusão de curso. Neste contexto, surgiram inquietações a respeito do perfil institucional do Memória FDC. Trata-se realmente de um centro de memória ou seria, de fato, o arquivo da FDC? Pelas características de seu acervo, composto de documentos em suportes, formatos e gêneros diversos, poderia ser considerado também um museu ou um centro de documentação?

Tais questionamentos levaram a uma pesquisa exploratória, que se caracteriza por uma análise qualitativa de um estudo de caso, que procurou definir o perfil institucional do Memória FDC. Para tanto, descrevemos a história da instituição e do seu centro de memória. Além disso, a partir de uma revisão bibliográfica, procuramos explorar os conceitos de centros de memória, centros de documentação, arquivos, bibliotecas e museus. A incursão na bibliografia permitiu elaborar uma classificação dos centros de memória, de acordo com a natureza das instituições a que se encontram vinculados. Deste modo, a pesquisa conclui que o Memória FDC, a despeito de

¹ FINANCIAL TIMES. *Business school rankings*. Apresenta o ranking das melhores escolas de negócio do mundo em 2024. Disponível em: <https://rankings.ft.com/business-education/executive-education>. Acesso em: 5 set. 2024.

integrar uma instituição privada de ensino, ostenta características que o credenciam como um centro de memória de empresas.

2 CAMINHANDO SOBRE HISTÓRIAS: A FDC E SEU CENTRO DE MEMÓRIA

A Fundação Dom Cabral é uma escola de negócios, uma instituição privada sem fins lucrativos, fundada pelo Professor Emerson de Almeida e pelo Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo. Sua história tem início em 1972, no Centro de Extensão da antiga Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG),² setor que desenvolvia atividades culturais, sociais, religiosas, esportivas e empresariais.

A qualidade dos cursos oferecidos pelo Centro de Extensão e sua boa aceitação pela comunidade levaram a uma demanda crescente de novas vagas. A FDC, então, foi concebida para responder a tal demanda, sendo inaugurada como instituição autônoma em 1976. Sua missão é a de auxiliar as empresas a vencerem os desafios impostos por seu crescimento. No primeiro ano de funcionamento da escola, foi criado o curso de especialização em Direito de Empresas e, em 1978, a FDC inaugurou sua sede, no bairro de Santo Agostinho, em Belo Horizonte.

O estabelecimento de parcerias e a internacionalização figuram entre os princípios fundamentais da instituição e podem ser percebidos desde muito cedo em sua história. Um ano após sua fundação, a FDC firmou acordo com o Groupe HEC, com apoio dos governos brasileiro e francês para troca de experiências e conhecimentos. Nos anos seguintes, ampliou sua atuação para além de Minas Gerais, atendendo empresas do Rio de Janeiro e São Paulo. Na década de 1990, alianças foram firmadas com o European Institute of Business Administration (França) e com a J.L. Kellogg Graduate School of Management (Estados Unidos). Em 2015, a FDC consolidou parceria com a Skema Business School, escola francesa de negócios.

A instituição também investiu na criação de uma linha editorial, publicando livros resultantes dos trabalhos por ela desenvolvidos. Além disso, a evolução das soluções oferecidas pela FDC tem grande relevância na formação do empresariado nacional, baseada no diálogo e troca de conhecimento, determinando outro importante princípio institucional: trabalhar *com*, e não apenas *para*, o cliente. A década de 1980, a despeito das dificuldades econômicas enfrentadas pelo país, foi marcada pela ampliação da atuação da FDC, com a abertura de novos cursos e o desenvolvimento de novos projetos, como o Centro de Estudos e Desenvolvimento da Exportação

² Atualmente, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

(Cedex), o Centro de Tecnologia Empresarial (CTE), Parceiros para Excelência (PAEX), Parceria para o Desenvolvimento de Acionistas (PDA) e o Global Players.

A trajetória da FDC ostenta outros marcos importantes, como o lançamento de seu primeiro curso de MBA, em 1996, e a inauguração do campus de Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2001, sua atual sede. A instituição possui ainda um campus em São Paulo, inaugurado em 2008, e atua em todo o Brasil através dos seus professores associados.

Em agosto de 2006, pela primeira vez, uma instituição fora do eixo Estados Unidos – Europa – Sudeste Asiático apareceria no *ranking* das melhores escolas de negócios do jornal britânico Financial Times: a FDC alcançava a 19ª colocação. Em 2023, a instituição alcançou a 7ª posição do *ranking*. Esses dados são reflexo de mais dois princípios da organização: “ousadia e tenacidade para que se tente o impossível, com constância na superação de desafios e obstáculos, na construção do sonho de ser uma instituição referência”³.

Os dados a respeito da trajetória da FDC e sua história estão disponíveis no portal Memória FDC e foram levantadas no contexto das primeiras percepções a respeito da instituição. Os primeiros projetos desenvolvidos, ainda no âmbito de um estágio extracurricular, envolveram a pesquisa no próprio acervo, com o objetivo de produzir uma homenagem ao professor Emerson de Almeida, por ocasião da passagem de seu octogésimo aniversário, e para atualizar a linha do tempo da FDC, que constitui uma exposição de longa duração. Diante de um acervo rico e multifacetado, composto de documentos nos mais variados gêneros e suportes, não foi difícil resistir ao “sabor do arquivo”, para tomar de empréstimo a expressão consagrada por Arlette Farge (2009). O exercício de pesquisa sobre a instituição, a propósito desses dois projetos, propiciou um conhecimento único acerca de sua história e de seus personagens-chave. Mais que isso, iluminou de maneira *sui generis*, a partir da prática, a relação entre os valores primário e secundário dos documentos de arquivo.

Instituído em 2012, o Memória FDC coincide com um importante marco administrativo e simbólico: o primeiro processo de sucessão da presidência executiva da Fundação. Neste sentido, o centro de memória foi idealizado por Nádia Rampi, que vislumbrava, naquele momento, “uma oportunidade não só de resgatar a história da instituição, mas também de possibilitar que os novos

³ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. *Sobre a FDC*. Apresenta missão, negócio, objetivo e princípios da instituição. Disponível em: <https://www.fdc.org.br/sobrefdc>. Acesso em: 5 set. 2024.

colaboradores, participantes de programas e a comunidade pudessem identificar por meio desses registros os princípios e fundamentos que permearam o desenvolvimento da instituição”⁴.

A primeira dificuldade de implantação da nova área foi relacionada a espaço físico, sendo, portanto, o virtual apontado como solução. O trabalho de levantamento e disponibilização on-line do acervo contou, inicialmente, com assessoria do Escritório de Histórias e, desde 2014, o portal do Memória FDC atende a equipe técnica e usuários em geral. Atualmente, o centro de memória conta com infraestrutura que compreende mobiliário adequado para a guarda de documentos e para os trabalhos da equipe, climatização e disponibilização de equipamento de proteção individual completo para os seus trabalhadores.

A missão do Memória FDC é “recuperar, organizar, preservar e disponibilizar o acervo histórico da Fundação Dom Cabral, contribuindo para o resgate e a preservação da trajetória da instituição”⁵. Seu contexto de atuação está associado à tentativa de perpetuar uma herança institucional sobre práticas de gestão, além de reforçar os princípios e valores da FDC através do seu patrimônio documental. Sua identidade visual é caracterizada pela figura do carvalho, numa representação simbólica da longevidade almejada pela instituição, a propósito da metáfora empregada pelo professor Emerson de Almeida em seu livro *Plantando carvalhos: fundamentos da empresa relevante*:

Algumas árvores são longevas, seja porque nascem de boas sementes e são bem cultivadas, seja porque pertencem a uma espécie de maior duração, como os carvalhos. Podemos encontrar carvalhos com 300 anos de idade, raridades disputadas a preço de ouro por fabricantes de tonéis destinados ao envelhecimento de vinhos de alta qualidade. Outros desaparecem cedo por doença ou deficiência genética. Podemos fazer um paralelo entre os seres vivos e as organizações recorrendo à medição do chamado “índice de expectativa de vida”. (Almeida, 2011, p. 226)

O Memória FDC é responsável por atendimento a pesquisas, campanhas de preservação de documentos, exposições temáticas e processamento técnico. Atua, ainda, no processo de integração de novos colaboradores da FDC, além de promover e realizar visita técnicas a instituições congêneres.

Na experiência diária, surgiram algumas inquietações, que posteriormente ganharam densidade no âmbito de um projeto de pesquisa: a despeito da boa infraestrutura e da relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo centro de memória, a Fundação Dom Cabral ainda não possui em

⁴ MEMÓRIA FDC. *Sobre o Memória FDC*. Apresenta missão, histórico, identidade visual, atividades e informações sobre atendimento ao público. Disponível em: <https://memoriafdc.org.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=11>. Acesso em: 5 set. 2024.

⁵ Idem.

seu quadro de colaboradores um profissional arquivista. A ausência de um programa institucional de gestão de documentos e a constante preocupação em dar visibilidade à importância da área também eram fatores intrigantes. Ora, o que leva a 7ª melhor escola de negócios do mundo a não investir na gestão de seus documentos? O alento para tais inquietações veio justamente da percepção das potencialidades do próprio acervo do Memória FDC.

3 UM MERGULHO NOS ARQUIVOS DE UMA RENOMADA ESCOLA DE NEGÓCIOS

É importante ressaltar que incide sobre a FDC a Lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Para fins de realce, destacamos aqui dois artigos do seu Capítulo III:

Art. 11 - Consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades.

Art. 12 - Os arquivos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional. (Brasil, 1991. p. 1)

Vale ainda destacar que a gestão de documentos constitui uma das matérias em tela na lei, e que deveria constituir uma atividade rotineira na dinâmica institucional da FDC:

Art. 3º - Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Brasil, 1991. p. 1)

O estudo sobre a legislação arquivística não é objeto deste trabalho, mas faz parte do trabalho diário no Memória FDC. A FDC possui estruturas, além do seu centro de memória, que auxiliam e orientam toda a instituição sobre questões relacionadas à Lei de Direitos Autorais, que é o caso da Biblioteca FDC, e outras relativas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que é o caso do Escritório de Governança, Risco e *Compliance*.

Um olhar mais atento sobre as portarias do Ministério de Educação (MEC) se tornou relevante e quase um alerta à instituição, apesar de não ter sido objeto de estudo deste artigo. Segundo a lei, as IES privadas fazem parte do sistema federal de ensino e, desde 2013, o MEC vem procurando regulamentar a gestão de documentos nessas instituições. Neste sentido, a Portaria MEC 360, de 18 de maio de 2022, estabelece prazos para a digitalização de documentos em papel e determina que os documentos do acervo acadêmico devam ser produzidos exclusivamente em formato digital.

O Memória FDC possui uma política de acervo em desenvolvimento e recebe documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos de todas as áreas da FDC. Seu acervo é composto pelo Fundo Fundação Dom Cabral e por duas coleções, a Coleção Professor Emerson de Almeida e a Coleção Cardeal Dom Serafim Fernandes de Araújo. Seria o Memória FDC o arquivo da instituição? Seria um museu? Inicialmente, cogitou-se que o Memória FDC constituiria algo além de um centro de documentação e que o enfoque cultural a ele atribuído, muito por conta das exposições, representaria um entrave na compreensão da posição estratégica que o setor poderia assumir no funcionamento da instituição. Seria, então, viável considerar o Memória FDC como centro de memória e documentação? Tais perguntas deram corpo a um projeto de pesquisa, no âmbito do qual os conceitos de arquivo, biblioteca, centro de documentação, centro de memória e museu foram explorados, à luz de revisão bibliográfica, na tentativa de iluminar o entendimento do perfil institucional do Memória FDC.

3.1 Nadando em águas (des)conhecidas: arquivos, bibliotecas e museus

Pode-se dizer que a preservação do patrimônio documental e o acesso à informação, geralmente associados à missão dos arquivos, também constitui um compromisso encampado pelas bibliotecas e museus, respeitadas as nuances de suas funções primárias, usualmente caracterizadas como educacionais, científicas, técnicas e culturais (Camargo; Goulart, 2015, p. 23).

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), os arquivos podem ser:

1. Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte.
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso aos documentos arquivísticos. (CONARQ, 2008, p. 4)

O Conselho Internacional de Museus (ICOM) apresenta a seguinte definição de museu:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (ICOM, 2022)

Note-se, contudo, a ausência de um conceito formalizado de biblioteca por parte do Conselho Federal de Biblioteconomia, apesar deste órgão apresentar em sua página da internet alguns exemplos de diferentes tipos de bibliotecas. Bellotto (2014, p. 32) resume algumas

características das bibliotecas, com foco na formação de seus acervos: “reunião por compra, doação ou permuta, de documentos múltiplos, produzidos por fontes múltiplas e resultantes de atividades, pesquisas ou criação artística, técnica ou científica, com fins culturais”.

A partir dessas definições, já é possível diferenciar o arquivo, onde o acervo é formado pelo acúmulo natural de documentos de um único órgão gerador, reunidos em séries ou grupos. Analisando a questão da formação do acervo em museus, Tessitore (2002) ressalta a existência de objetos tridimensionais nestes locais, em geral únicos, porém produzidos por diversas fontes e reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções.

Em palestra intitulada “Arquivos ou centros de memória?”⁶, a professora Ana Maria Camargo afirma que a função específica dos arquivos é viabilizar e comprovar as atividades de instituições e pessoas. Portanto, o documento de arquivo cumpre uma função probatória, testemunhal, evidencial. Para ela, as bibliotecas e museus têm função de conhecimento, educação e entretenimento que não são encontradas nos arquivos.

Apesar da predominância do gênero textual tanto nas bibliotecas quanto nos arquivos, Camargo (2013) aponta, baseando-se numa visão diplomática, que na biblioteca os documentos textuais (livros e periódicos) não são produzidos a partir da observância a um determinado padrão formular, como acontece com os documentos de arquivo. Já nos museus, observa-se a presença marcante de todos os gêneros documentais, com a predominância de objetos desprovidos de linguagem, como os artefatos, os retirados da natureza, dentre outros.

Considerando o processamento técnico, no arquivo inexistem regras ou códigos universais de descrição, diferente da biblioteca, em que a catalogação segue obrigatoriamente padrões estabelecidos internacionalmente. A Arquivística é regida por princípios, apesar dos recentes investimentos na concepção de normas nacionais e internacionais e da utilização de plataformas informatizadas baseadas em tais normas. No caso dos museus, também há flexibilidade para as descrições (Camargo, 2013).

Uma diferença marcante entre os arquivos e bibliotecas é o procedimento de classificação. Para essa função, nos arquivos interessam os contextos, e não o conteúdo/assunto como nas bibliotecas. Por fim, Camargo (2013) aponta ainda uma diferença entre o público do arquivo, que são os agentes da instituição produtora e, num segundo momento, os pesquisadores. Já as

⁶ CAMARGO, Ana Maria. *Arquivos ou centros de memória?* Palestra organizada pelo Sesc Memórias, em São Paulo, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/gWI-GfNNI3s>. Acesso em: 5 set. 2024.

bibliotecas e os museus se voltam, desde o primeiro momento, para o atendimento de pesquisadores especializados e também para o entretenimento do grande público.

3.2 Desvendando o centro de documentação e redescobrimo o centro de memória⁷

De acordo com Smit (1986, p. 10), “a documentação organiza as informações relacionadas a um assunto, sem restrições quanto ao acervo”, o que diferenciaria o centro de documentação das bibliotecas. Para a autora, o objetivo do centro de documentação é organizar a informação sobre determinado assunto, ao passo que nas bibliotecas é possível encontrar uma gama mais diversificada de assuntos:

Em suma, falar de documentação leva a pensar em termos de informação, não se restringindo à ideia dos documentos fisicamente presentes na biblioteca, e supõe também uma especialização em um assunto, já que seria perfeitamente utópico querer organizar toda a informação em todos os campos do conhecimento. (Smit, 1986, p. 11)

Camargo (2013), por seu turno, afirma que o centro de documentação constitui, em sua essência, uma biblioteca especializada. Já Smit (1986), refletindo sobre os centros de documentação no Brasil, em meados da década de 1980, percebe que eles estavam, naquele momento, totalmente polarizados no eixo Rio de Janeiro – São Paulo – Brasília e que a maior parte deles pertencia à área governamental. Uma crítica que a autora traz para o debate sobre os centros de documentação se refere ao custo de aquisição de material bibliográfico no exterior e dos campos de conhecimento que dispunham de um sistema de informação aceitável: agricultura, ciências biomédicas, energia nuclear, siderurgia, ciência e tecnologia em geral, direito e legislação (único representante das ciências humanas), engenharia rodoviária e petróleo.

Bellotto (2014) também contruibui para a definição do conceito de centro de documentação, considerando-o como um órgão colecionador e, muitas vezes, referenciador. É a partir dessa proposta de Bellotto (2014) que abordaremos o conceito de centro de documentação. Concordando com Bellotto, Tessitore (2002) não deixa muito clara em sua proposta de definição a diferença entre o centro de documentação e o centro de memória, termos que, no decorrer de suas reflexões são, por vezes, empregados como sinônimos:

O centro de documentação possui características das bibliotecas, dos museus e arquivos, pois reúne, por compra, doação, permuta ou recolhimento obrigatório, documentos de origens diversas (sob a forma de originais e cópias) e referências sobre

⁷ Um parecerista anônimo observou que a terminologia utilizada nesses espaços foi pouco problematizada, algo com o que os autores concordam integralmente. Chamamos a atenção, contudo, para o fato de que as reflexões aqui contidas derivam de pesquisa em andamento, cujo estágio atual de desenvolvimento ainda não nos permite abordar a questão em toda sua complexidade. Em todo caso, os estudos de Camargo; Goulart (2015) e Oliveira (2016) aportam subsídios relevantes para o debate.

uma área específica da atividade humana ou da natureza, documentos e referências que podem ser tipificados como de arquivo, biblioteca e/ou museu. Trata-se, portanto, de um órgão colecionador e/ou referenciador (quando só referencia dados em fichas ou computador). Sua finalidade é a informação cultural, científica, funcional, jurídica ou social especializada, o apoio à pesquisa; seu objetivo é informar, mas pode ser também instruir e provar. O processamento técnico de seu acervo se dará segundo a natureza do material: de arquivo, biblioteca ou museu. (Tessitore, 2002, p. 6)

A professora Ana Maria Camargo nos instiga a refletir sobre o termo “centro de memória”, que parece ser mais atraente que o termo “arquivo”, dado o desprestígio sobretudo dos arquivos, mas também das bibliotecas e dos museus, na nossa sociedade. Assim, não deixa de provocar, quando afirma que “grande parte daquilo que chamamos de centro de memória nada mais é do que um arquivo” (Camargo, 2013).

Camargo e Goulart (2015) afirmam que os centros de memória possuem características híbridas e funções específicas (corporativa, organizacional) que já existem nas instituições tradicionais. Neste sentido, convém observar que muitos centros de memória atuam na reunião de documentos probatórios do funcionamento da instituição, mas com um enfoque mais proeminente na organização do conhecimento para a própria organização da qual fazem parte. Sua função, portanto, seria a de transformar os arquivos em algo que diz coisas importantes para a organização, para que ela funcione melhor.

De acordo com Camargo e Goulart (2015), o acervo nos centros de memória pode ser formado por acumulação natural ou por processo seletivo, os documentos podem ser provenientes de fontes múltiplas e de diversos gêneros, com presença de coleções, nichos voltados para o *marketing* – o que muitas vezes lhes confere acentuada fisionomia de museu. Há uma preocupação com a memória das atividades-fim da organização, e com isso se perde a naturalidade dos arquivos tradicionais. Além disso, recorrem costumeiramente ao conhecimento tácito e aos projetos de história oral, como forma de registrar a experiência das pessoas que trabalham ou trabalharam na instituição.

Para as autoras, o diferencial de um centro de memória estaria em “sua capacidade de antecipar e presumir as necessidades da organização”. Elas observam que no Brasil, o surgimento dos centros de memória se dá a partir dos anos 1980:

As motivações para implantar projetos ligados à memória organizacional são diversas, e sua vinculação original a determinadas áreas - comunicação, marketing, assuntos corporativos (ou relacionamento corporativo), relações públicas (ou relações externas) - acaba por marcar tais iniciativas. [...] Já nos institutos e fundações do terceiro setor, os centros de memória surgem com o propósito de preservar os métodos de ação que

deverão ser reproduzidos pra outros públicos, em locais diversos. (Camargo; Goulart, 2015, p. 66-67)

Camargo e Goulart apontam que o perfil dos profissionais nos centros de memória é variado e que a ausência de arquivistas pode ser explicada pela valorização de equipes com formação multidisciplinar. As autoras ainda afirmam que os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades da organização. Portanto, “uma tarefa contínua dos centros é sensibilizar as áreas de interesse, investindo no diálogo e na explicação das metas e resultados do trabalho que realizam” (Camargo; Goulart, 2015, p. 72).

As autoras concluem que não existe uma verdadeira política documental nos centros de memória analisados em suas pesquisas. Além disso, observam a realização de exposições de conteúdo histórico (virtuais ou não) como uma prática constante dessas instituições. Outra observação das autoras se refere à interface do centro de memória com a pesquisa, estimulando a reunião de material sobre empresários e outras figuras de destaque na história das organizações.

Para conseguir recursos, as autoras observaram que os centros de memória se esforçam para se colocar numa posição estratégica dentro das organizações, “reforçando os vínculos mantidos com diferentes públicos, garantindo visibilidade a suas ações e funcionando como um verdadeiro trunfo em situações de crise” (Camargo; Goulart, 2015, p. 83). Porém são setores que estão sempre em desvantagem em relação a outros quando se trata de contenção de gastos, já que não fazem parte da atividade-fim das organizações.

Camargo e Goulart (2015) trazem também um alerta aos centros de memória:

Quanto aos resultados alcançados pelo centro de memória no âmbito de determinada organização, o panorama é, no mínimo, contraditório. Embora se possa verificar o volume de consultas realizadas em seu acervo, o total de visitantes de uma exposição ou ainda a repercussão de certo evento na mídia, os benefícios que agrega à instituição, sobretudo quando trabalha em colaboração com outros setores, não se traduzem numericamente. Ainda assim alguns dirigentes percebem o aporte qualitativo do trabalho e reconhecem sua função estratégica. Outros, no entanto, veem o centro de memória como um setor essencialmente cultural e, portanto, apartado do mundo dos negócios; seu acervo constituiria patrimônio a ser preservado e utilizado esporadicamente, sobretudo em datas comemorativas, mas sem função ativa no dia a dia da organização. (Camargo; Goulart, 2015, p. 85)

As autoras concluem que o centro de memória deve dar acesso a informações, obtidas a partir dos documentos de arquivo, para responder às questões das diferentes áreas da organização.

4 OS PERFIS DOS CENTROS DE MEMÓRIA

A partir da década de 1980, vários centros de memória surgem no Brasil, com algumas características comuns já citadas, porém com certas especificidades. Com foco nessas diferenças, propomos uma categorização de centros de memória que facilite a visualização dos perfis institucionais dessas organizações. Vale observar, na esteira do que observou Campos (2015), a respeito do valor social da memória, que tanto os Estados, quanto os grupos sociais, escolas, associações, entidades políticas e empresas têm atuado de maneira cada vez mais efetiva no desenvolvimento de iniciativas de preservação e difusão de suas memórias.

Uma primeira categoria relevante no cenário brasileiro são os centros de memória de empresas. Principalmente nessa categoria, encontramos centros de memória que executam ou que deveriam executar a gestão de documentos, já que muitas instituições privadas não possuem um Arquivo ou profissionais arquivistas em suas equipes, ficando as funções arquivísticas delegadas aos seus centros de memória. Nesses tipos de centros de memória, o trabalho incide prioritariamente sobre a memória organizacional e institucional. Um grande exemplo desse caso é o Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Gol Linhas Aéreas, que é responsável por:

[...] realizar a gestão de documentos físicos e eletrônicos da companhia que devem ser transferidos para o arquivo intermediário. Possui, dentre suas responsabilidades, a identificação, avaliação, classificação, registro e acompanhamento dos prazos legais destes documentos. Responde também pela determinação dos processos de transferência e recuperação dos documentos de forma a deixá-los disponíveis e acessíveis aos usuários, sua preservação e a atualização da Tabela de Temporalidade e do Plano de Classificação (Schmidt; Santos; Silva, 2013, p. 316).

Outra característica marcante dos centros de memória desta primeira categoria é o trabalho relacionado à gestão do conhecimento, que, segundo Goulart (2013, p. 495), “envolve recursos humanos e ferramentas de tecnologia da informação e utiliza também a gestão da informação e os documentos organizacionais, sendo os dois últimos parte da competência dos centros de memória”.

Nas Instituições de Ensino Superior (IES) e outras instituições de ensino, principalmente do setor público, é muito comum também encontrarmos centros de memória filiados a diferentes áreas do conhecimento. Ao estudar o caso da Universidade de São Paulo, Campos (2014, p. 17-18) observa que a vocação dos centros de memória, dos núcleos de pesquisa e de determinados setores das bibliotecas para colecionar arquivos pessoais como forma de respaldar a pesquisa científica: “Dentre esse acervo, que engloba documentos legados por importantes representantes

da literatura e das artes no Brasil, estão também arquivos de professores da universidade, que atuaram em diversas áreas do conhecimento”.

Percebe-se, assim, que não raro os centros de memória sediados em IES são criados a partir da atuação de entusiastas, geralmente funcionários ou ex-funcionários de determinada escola ou faculdade, que se preocupam com um acervo que foi de alguma forma acumulado e que necessita ser cuidado com certa urgência, conforme diz a professora Ana Maria de Almeida Camargo (2019, p. 2) em entrevista concedida aos *Cadernos SESC de Cidadania*⁸, “o centro de memória abrigaria todo e qualquer suporte de informação que possa ser útil ao organismo onde está instalado, qualquer que seja seu formato, sua linguagem, sua procedência”. Esses centros de memória atuam com grande restrição de recursos e, ainda assim, desempenham importante função social para toda a comunidade acadêmica.

Essa dinâmica de formação dos centros de memória de instituições de ensino é confirmada por Thaís Nodare de Oliveira:

Os centros de memória e documentação na UFMG – que, por sinal, não são um caso isolado, reproduzindo realidades muito semelhantes à de outras IFES – surgem em um contexto de preservação da memória e valorização do passado. Dessa forma, os centros surgem como iniciativas de um professor ou de um conjunto deles, que se preocupam em conservar algo que não foi institucionalmente guardado e que, por isso, seria abandonado ao esquecimento e à perda.
(Oliveira, 2016. p. 161)

A autora também pontua que os centros de memória de instituições de ensino de sua pesquisa trabalham, em geral, com a formação de coleções de documentos:

“...desconsiderando ou não conhecendo a noção de “fundo” arquivístico, cujos acervos são produtos da dinâmica interna das instituições. Convém advertir que, além disso, eles assumem a responsabilidade de guarda de documentos institucionais que, por vezes, acabam por se misturar com a formação de coleções.”
(Oliveira, 2016, p. 28)

A autora ainda ressalta que, devido à falta de consciência e de vontade política do poder público na preservação do patrimônio documental, muitas universidades assumiram a organização das fontes de pesquisas para ampliar os estudos no âmbito acadêmico. Porém, como a ausência de gestão de documentos é comum nessas instituições, ocorre “o acúmulo de documentos arquivísticos em depósitos, centros de memória e documentação nas diversas instituições públicas e privadas” (Oliveira, 2016, p. 33).

⁸ Entrevista originalmente publicada na revista *Cadernos SESC de Cidadania*. Memórias, São Paulo, v. 10, n. 15, p.30-33, jun. 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2019/10/2019n06-SAUSP.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

Outra categoria de centros de memória é definida por aqueles filiados a entidades religiosas, os quais muitas vezes se apresentam como um memorial. A principal característica desses centros de memória, que os difere dos demais, é o seu acervo, geralmente constituído de arte sacra, registros de batismo, casamento e outros, documentos muito consultados para fins de pesquisa, estudos genealógicos e, também, para a comprovação de direitos.

Uma quarta categoria de centros de memória é constituída daqueles vinculados ao poder público (instituições do executivo, do legislativo ou do judiciário). São setores essenciais para a preservação da história dessas instituições, bem como um recurso estratégico para ampliar o acesso junto ao público em geral. Desenvolvem, principalmente, atividades de ação educativa, difusão e de preservação do patrimônio, não são responsáveis pela gestão de documentos em suas organizações, já que, por legislação, deve haver um órgão específico para este fim.

Em sua pesquisa, Japiassu (2021) constata o foco na função de preservação nas instituições de memória do poder judiciário:

Observou-se que os trabalhos nos centros de memória dos tribunais pesquisados tiveram como objetivos predominantes a “preservação” e o “registro” da memória, em vez de promoção, divulgação ou disseminação. Destaca-se, na “preservação”, a memória institucional, ao menos com relação ao discurso instituidor desses centros em relação ao trabalho memorial (Japiassu, 2021, p. 54).

Existem muitos outros centros de memória, que podem ser agrupados em uma quinta categoria, formada por aqueles que são responsáveis pela guarda de documentos ligados aos movimentos sociais. São essenciais para a pesquisa, garantia de direitos e reparação histórica.

O Quadro 1 sistematiza os diferentes perfis institucionais de centros de memória propostos neste estudo, com base em pesquisa anteriormente realizada que objetivou a identificação preliminar dessas categorias, bem como algumas instituições que as ilustram.

Quadro 1 – Tipos de centro de memória

| Categoria | Características | Exemplos |
|-------------|---|--|
| De empresas | Foco em gestão do conhecimento, memória organizacional e institucional. Há espaço potencial para a | Centro de Memória do Minas Tênis Clube, Centro de Memória da Bunge, CEDOC da Gol Linhas Aéreas |

| | | |
|---|---|--|
| | execução da gestão de documentos. | |
| De instituições de ensino | Em geral não executam gestão de documentos. Baixo recurso e foco na salvaguarda e preservação do acervo. | Centro de Memória da Educação de Contagem, Centro de Memória da Medicina da UFMG, Centro de Memória e de Pesquisa Histórica da PUC Minas |
| De entidades religiosas | Acervo religioso, arte sacra, registro de batismo, casamentos e grande número de pesquisas relacionadas à genealogia. | Memorial da Arquidiocese de Belo Horizonte, Centro de Memória Jorge Calmon, Centro da Memória Adventista |
| Dos poderes executivo, legislativo ou judiciário | Não executam gestão de documentos, mas devem ter orientações de órgãos específicos para essa atividade. Foco em atividades de preservação e de memória institucional. | Memorial da Justiça Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região |
| De grupos sociais | Em geral, não executam gestão de documentos e o foco do trabalho é na preservação da memória de grupos historicamente minorizados, bem como no atendimento a pesquisas para garantias de direitos e para reparação histórica. | Centro de Memória LGBTI João Antônio Mascarenhas, Centro de Memória da Cultura Negra Graça do Aché |

Fonte: elaborado pelos autores

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À primeira vista, definir o perfil institucional do Memória FDC pode parecer simples. Considerando que sua mantenedora, a Fundação Dom Cabral, é uma instituição de ensino superior, com cursos de graduação e pós-graduação, a saída lógica seria considerá-lo um centro de memória de instituição de ensino. A questão, no entanto, é um pouco mais complexa.

Como vimos, os centros de memória instalados no ambiente universitário geralmente constituem seus acervos em resposta às necessidades da produção do conhecimento. Assim, assumem função intimamente ligada às atividades-fim da universidade, sediando projetos de ensino, pesquisa e extensão e recebendo usuários internos e externos. Seus acervos podem se constituir de fundos (quase sempre de origem pessoal) e de coleções temáticas ligadas a uma determinada área de conhecimento. Em geral, não possuem o arquivo da faculdade, escola ou instituto ao qual estão vinculados, embora possam dispor de parcelas desse arquivo, frequentemente composta por documentos esparsos, pretensamente “interessantes”, preservados pelo critério de antiguidade ou de suposta raridade: fotos da primeira turma de formandos, fichas de matrícula de ex-alunos ilustres, documentos ligados à fundação da faculdade ou a certos marcos relevantes de sua configuração funcional. A gestão documental, entendida como conjunto de funções relacionadas à administração do arquivo institucional nas fases corrente e intermediária, não figura entre suas atividades rotineiras.

O que se observa no Memória FDC é um caso diferente. Trata-se de um setor denominado centro de memória, e que até reúne algumas das características típicas deste tipo de instituição de custódia, cujo acervo se compõe majoritariamente do próprio arquivo de sua mantenedora. Oscila, portanto, entre uma prática ainda incipiente de gestão de documentos e o tratamento do arquivo permanente. Embora dedique-se à realização de exposições e outras atividades de difusão da história e da memória da FDC, trata-se de um setor que vem desempenhando funções mais ligadas ao apoio à administração do que ao ensino, a pesquisa e a extensão. Convém notar, ainda, que sua mantenedora, instituição de ensino de natureza privada, opera como uma empresa, cujo negócio é oferecer “soluções educacionais para o desenvolvimento empresarial”.⁹

Deste modo, pode-se considerar que o Memória FDC se enquadra no escopo dos centros de memória de empresas. Convém ainda notar que, tendo em vista a ausência de um setor ou serviço de Arquivo institucionalizado, poderia atuar como agente promotor da gestão de documentos da Fundação Dom Cabral, dado que, atualmente, é o setor da instituição que poderia reunir os requisitos técnicos para executar essa atividade junto a um profissional arquivista. Além disso, o acervo sob a sua custódia oferece uma visão holística da FDC, refletindo sua lógica de funcionamento, elemento essencial para a compreensão da história administrativa e, conseqüentemente, das funções e atividades desenvolvidas pelas demais áreas da instituição.

⁹ FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Sobre a FDC. Apresenta missão, negócio, objetivo e princípios da instituição. Disponível em: <https://www.fdc.org.br/sobreafdc>. Acesso em: 5 set. 2024.

Atualmente, o centro de memória se encontra vinculado à Diretoria Estatutária da FDC, órgão de governança responsável por garantir o cumprimento do estatuto da instituição. Tal vinculação, além de oferecer respaldo institucional ao centro de memória para cumprir sua missão, também revela seu lugar estratégico na dinâmica administrativa da FDC. A gestão de documentos, portanto, desempenharia um papel essencial na promoção do elo entre as Diretorias Executiva e Estatutária da instituição, promovendo eficiência administrativa e preconizando a formação de um arquivo permanente capaz de espelhar seu produtor e, por isso mesmo, servir de fonte de pesquisa e informação para gestores e demais membros da comunidade institucional.

Para além da afirmação de sua importância no cenário institucional, o Memória FDC ainda enfrenta outros desafios, como a maioria dos serviços de arquivo e documentação no Brasil. Entre eles, a concepção de um programa de gestão documental, o alinhamento dos procedimentos de descrição arquivística, a implantação de recursos tecnológicos para lidar com os documentos digitais. Carece, ainda, da expansão de seu quadro de arquivistas, profissionais indispensáveis para completar o ciclo aludido por Silvana Goulart (2013) – do tratamento do arquivo à disponibilização da informação e à produção do conhecimento.

As reflexões aqui compartilhadas apontam para a oportunidade de aprofundar os estudos sobre os centros de memória, no prisma de seus perfis, quadros profissionais e de suas funções administrativas e sociais. Órgãos híbridos, de contornos às vezes difíceis de delinear, os centros de memória merecem um olhar mais atento, na direção de explorar suas especificidades para que se afirmem, como propôs Camargo (2009), como instrumentos de ação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Emerson de. **Plantando Carvalhos**: fundamentos da empresa relevante. Elsevier: s/l, 2011.

ARQUIVO NACIONAL. Brasil. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2005. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionario_de_terminologia_arquivistica.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO. **ARQ-SP Convida**: As portarias MEC voltadas aos acervos acadêmicos das IES. ARQ-SP: São Paulo, 2022. *Debate*. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/ABuJQxkiB20?si=V6tFLMfDzmVJDuhE>. Acesso em: 5 set. 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 5 set. 2024.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos ou centros de memória? **Sesc Memórias**. São Paulo: Sesc-SP, 2013. Disponível em: <https://youtu.be/gWI-GfNNI3s>. Acesso em: 5 set. 2024. *Palestra*.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os centros de Memória são instrumentos de ação. Entrevista concedida a Carla Lira, Gabriel Vituri, João Paulo Guadanucci e Marta Raquel Colabone. *Cadernos SESC Cidadania*, São Paulo, v. 10, n. 15, p. 30-33, jun. 2019. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2019/10/2019n06-SAUSP.pdf>. Acesso em: 5 set. 2024.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições SESC, 2015.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. **Escrita da História**, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 100-119, 2015.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 2014. (Dissertação de mestrado). Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/publico/2014_JoseFranciscoGuelfiCampos_VCorr.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Glossário**. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/2008_ctdeglossario_v4.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FUNDAÇÃO DOM CABRAL. Sobre a FDC. Apresenta missão, negócio, objetivo e princípios da instituição. Disponível em: <https://www.fdc.org.br/sobreafdc>. Acesso em: 5 set. 2024.

GOULART, Silvana. Centros de memória: substância e funções no mundo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *et al* (org.). **Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

ICOM. **Nova definição de museu**. Disponível em: https://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 5 set. 2024.

JAPIASSU, Rodrigo Costa. **Usos e apropriações da memória**: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro. (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca, 2018, categoria dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/usos-e-apropriacoes-da-memoria_rodrigo-japiassu.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

MEMÓRIA FDC. **História**: Fundação Dom Cabral. Apresenta linha do tempo com o histórico da FDC. Disponível em: <https://memoriafdc.org.br/modules/brttimeline/index.php>. Acesso em 5 set. 2024.

MEMÓRIA FDC. **Memória dos programas e iniciativas sociais**: programa MBA - 1996. Apresenta o histórico do MBA da FDC. Disponível em: https://memoriafdc.org.br/modules/memoria/lista_prd.php. Acesso em 5 set. 2024.

MEMÓRIA FDC. **Sobre o Memória FDC**. Apresenta missão, histórico, identidade visual, atividades e informações sobre atendimento ao público. Disponível em: <https://memoriafdc.org.br/modules/wfchannel/index.php?pagenum=11>. Acesso em: 5 set. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 360, de 18 de maio de 2022. **Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-360-de-18-de-maio-de-2022-401082263>. Acesso em: 5 set. 2024.

OLIVEIRA, Thaís Nodare de. **Centros de memória e documentação da Universidade Federal de Minas Gerais**: perfis institucionais e políticas de acervo. Belo Horizonte: UFMG, 2016. (Dissertação de mestrado). Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AE3LQT/1/disserta__o_tha_s_n._vers_oelotr_n_ica.pdf. Acesso em: 5 set. 2024.

PARRELA, I. D.; NASCIMENTO, A. Memória institucional e arquivologia: uma discussão teórico-metodológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. Especial, p. 176-188, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/198815>. Acesso em: 5 set. 2024.

SCHMIDT, Clarissa; SANTOS, Patrícia Barbieri; SILVA, Laila Mendes. Da centralização à descentralização: gestão de documentos intermediários do Grupo GOL. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *et al* (org.). **Preservação, acesso, difusão**: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

TESSITORE, Viviane. **Os arquivos fora dos arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: ARQ-SP, 2002.

NOTAS DE AUTORIA

Felipe Lopes

Mestrando em Ciência da Informação no PPGCI da ECI/UFMG. Graduado em Arquivologia na ECI/UFMG (2023). Atualmente é assistente administrativo na iniciativa Imagine Brasil, o think action tank da FDC. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Tem experiência nas áreas de gestão, memória institucional, arquivos pessoais, educação e engenharia (manufatura, programação e controle da manutenção).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/8267690734230607>

José Francisco Guelfi Campos

Diretor de Arquivos Institucionais da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor da Escola de Ciência da Informação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG. Doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo. Interessa-se especialmente por arquivos pessoais, arquivos universitários, descrição documental, diplomática e tipologia documental.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2186094231736251>